

## **PROVIMENTO CONJUNTO Nº 07/2009**

Regulamenta procedimento de remessa de autos à Divisão de Treinamento e Processamento de Cálculos Judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

**Os Desembargadores Presidente e Corregedor Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região**, no uso das atribuições conferidas, respectivamente, pelos artigos 31, inciso XXVI, e 219, inciso II, do Regimento Interno desta Corte.

**Considerando** a remessa excessiva de processos à Divisão de Treinamento e Processamento de Cálculos Judiciais, sem justificação, ocasionando congestionamento de autos e, dessa forma, concorrendo para a demora da prestação jurisdicional;

**Considerando** o princípio constitucional da razoável duração do processo;

**Considerando**, que referida Divisão atende toda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região;

**Considerando** a necessidade inadiável de se regulamentar o procedimento de remessa de autos à Divisão de Treinamento e Processamento de Cálculos Judiciais;

### **RESOLVEM:**

**Art. 1º** Compete à Divisão de Treinamento e Processamento de Cálculos Judiciais deste Tribunal, solucionar somente as pendências relativas à liquidação de sentença, que não possam ser dirimidas pelos calculistas das Varas.

**Art. 2º** É proibida a remessa de processo que não atenda ao contido no artigo 1º deste Provimento.

**Art. 3º** Na hipótese do artigo 1º, a remessa dos autos deve ser necessariamente certificada pelo Diretor de Secretaria da Vara remetente, mediante certidão na qual afirme, alternativa ou cumulativamente:

I - que não dispõe de funcionário calculista;

II - que a complexidade da liquidação recomenda a remessa dos autos à Divisão de Treinamento e Processamento de Cálculos Judiciais;

III - que o sistema padronizado de liquidação, acessível, não permite a liquidação.

**Art. 4º** O Despacho do juiz remetendo os autos mediante a Certidão de que trata o artigo 3º deste Provimento, não transfere para o magistrado a responsabilidade pelas afirmações certificadas pelo Diretor de Secretaria da Vara remetente.

**Art. 5º** A Divisão de Treinamento e Processamento de Cálculos Judiciais, ao receber o processo em desacordo com o artigo 1º deste Provimento, remeterá os autos à Secretaria da Corregedoria, mediante certidão narrativa.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota - CEP 60.150-162 - Fortaleza - Ceará  
(85) 3388.93.03 - [presidencia@trt7.jus.br](mailto:presidencia@trt7.jus.br)

**Ofício TRT SGP N° 026/2010**

Fortaleza (CE), 16 de junho de 2010.

**CIRCULAR AOS ASSESSORES DOS GABINETES DOS EXMOS.  
DESEMBARGADORES E JUÍZES CONVOCADOS DESTA E. TRT 7ª REGIÃO.**

**Assunto:** Recomendação do Corregedor Geral da Justiça do Trabalho.

Senhor (a) Assessor(a),

Cumprimentando-o (a), de ordem do Exmo. Desembargador Presidente, repasso a Vossa Senhoria a recomendação do Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula:

- "Passe a certificar a data de recebimento dos processos nos gabinetes dos juízes relatores e revisores" (fls. 37, da Ata de Correição);

Cordialmente,

**JOSÉ CÉSAR VIEIRA PINHEIRO JÚNIOR**  
Assessor da Presidência - TRT 7ª Região  
Secretário Geral Substituto  
[jcesarvp@trt7.jus.br](mailto:jcesarvp@trt7.jus.br)

VI - determinar, após a sessão de julgamento, sendo vencedor o seu voto, que a Secretaria do órgão julgador proceda, de imediato, à impressão do respectivo Acórdão, podendo assiná-lo, desde logo, ou no prazo máximo de 2 (dois) dias, após a data da sessão, inclusive quanto aos processos extra pauta.”

**Redação atual:**

Art. 122. Compete ao relator:

.....

IV - processar, quando suscitados pelos litigantes, os incidentes de falsidade e as arguições de suspeição e de impedimento;

**Art. 2º** Revoga-se o parágrafo único do art. 140, do Regimento Interno do TRT da 7ª Região, que passa a vigor acrescido dos parágrafos 1º e 2º.

“Art. 140 .....

§ 1º Considera-se voto vencedor aquele que melhor sintetizar a vontade do Colegiado, observado o disposto no art. 13 deste Regimento, cabendo ao Desembargador, ao redigir o acórdão prevalente, nele incluir e dele excluir, respectivamente, todos os itens da apreciação deferidos e denegados, pelo voto da maioria, ainda que resulte vencido em face de quaisquer deles, hipótese em que ressalvará seu entendimento pessoal.

§ 2º Vencido o relator, o Desembargador redator lavrará o acórdão no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data sessão em que ocorreu o julgamento, encaminhando os autos à Secretaria do órgão julgador para publicação.”

**Redação atual:**

Art. 140. Proclamado o resultado, redigirá o acórdão o relator ou, se este for vencido, o autor do voto vencedor.”

Parágrafo único. O voto vencedor é o que melhor sintetizar a vontade jurisdicional do Colegiado, observado o disposto no art. 13, devendo o Desembargador que lhe for autor, ao redigir o Acórdão, nele incluir e dele excluir, respectivamente, todos os itens da apreciação deferidos e denegados, pelo voto da maioria, ainda que resulte vencido em face de quaisquer deles, hipótese em que ressalvará seu entendimento pessoal.;

acórdão às partes, se tal for solicitado.

**Art. 6º** O art. 147, do Regimento Interno do TRT da 7ª Região, passa a vigor com a redação seguinte:

“Art. 147. Assegura-se ao Desembargador cuja tese seja vencida, desde que o requeira por ocasião do julgamento, a integração ou simplesmente a juntada de seu voto ao acórdão, abstendo-se, no entanto, de emitir críticas ou comentários à decisão da maioria.”

**Redação atual:**

Art. 147. Ao Desembargador prolator de voto vencido é assegurada, desde que o requeira na ocasião do julgamento, a integração, ou simplesmente a juntada, de seu voto ao acórdão, em peça escrita, nela se abstendo, entretanto, de quaisquer críticas ou comentários à decisão proferida.

**Art. 7º** Esta resolução entra em vigor, na data de sua publicação.

Fortaleza, 17 de junho de 2010.

  
**JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA**  
Desembargador Presidente

[REDACTED]

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a utilização pela Justiça do Trabalho da 7ª Região dos serviços de Médicos Peritos pertencentes ao quadro de pessoal do Instituto de Previdência do Município de Caucaia-CE, visando à disponibilização dos mesmos para fins de elaboração de laudos periciais destinados à prova em processos judiciais que tramitam na 30ª Vara do Trabalho de Caucaia, Ceará.

[REDACTED]

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Caberá aos Partícipes as obrigações decorrentes deste Acordo, em especial:

I - ao **IPMC**:

a) disponibilizar Médicos Peritos para fins de atendimento e elaboração de laudos periciais destinados a fazer prova em processos judiciais que tramitam na 30ª Vara do Trabalho de Caucaia.

II - ao **TRT-7ª**:

a) cientificar os Juízes do Trabalho, diretores, assessores e demais servidores acerca do serviço prestado pelo Instituto de Previdência do Município de Caucaia.

[REDACTED]

**CLÁUSULA QUARTA** - Caberá a fiscalização e acompanhamento do presente Acordo ao Diretor da Secretaria da 30ª Vara do Trabalho de Caucaia, ou ao seu substituto automático, nos casos de impedimentos e/ou afastamento legal do titular.

**Parágrafo Primeiro** - Compete ao fiscal administrar a execução do objeto deste Acordo, informar com a antecedência necessária o término do ajuste, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

**Parágrafo Segundo** - Observar as atribuições constantes do item II da Cláusula Terceira, bem como acompanhar rigorosamente as atribuições do **IPMC** elencadas no item I da referida Cláusula.

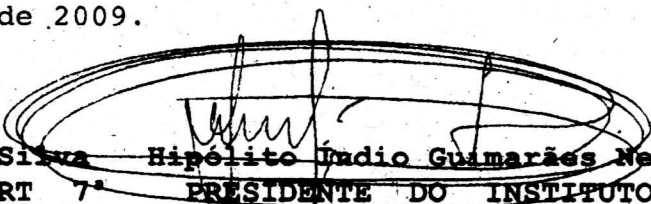
**Parágrafo Terceiro** - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gerenciador deverão ser

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Fica eleito o FORO da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Ceará, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias ou dúvidas futuras ou presentes, que venham a ter as partes contratantes, oriundas deste instrumento.

E por estarem concordes com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** em três (03) vias de igual teor e forma para que produzam os devidos efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

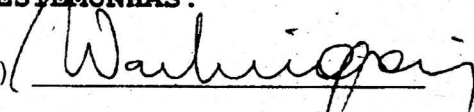
Fortaleza-Ce, 13 de maio de 2009.

  
José Antonio Parente da Silva  
DES. PRESIDENTE DO TRT 7º

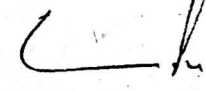
  
Hipólito Indio Guimarães Neto  
PRESIDENTE DO INSTITUTO DE  
PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE  
CAUCAIA

TESTEMUNHAS:

1)



2)





ações que não tenham condições financeiras de arcar com o pagamento dos honorários periciais.

**DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente convênio terá vigência de 60 (sessenta) meses contados da sua assinatura.

**DA**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Caberá a execução, fiscalização e acompanhamento do presente convênio no âmbito do TRIBUNAL ao Secretário Geral da Presidência e no âmbito da SESA ao Coordenador do Gabinete do Secretário da Saúde.

**Parágrafo Primeiro** - Compete ao fiscal administrar a execução do objeto deste convênio, informar com a antecedência necessária o termo do convênio, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

**Parágrafo Segundo** - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Gerenciador do Convênio deverão ser solicitadas por este, em tempo hábil, à autoridade superior, para adoção das medidas que julgar convenientes.

**CLÁUSULA QUARTA** - São obrigações da SESA:

1. Disponibilizar integrantes do corpo médico da SESA, conforme escala elaborada pela SESA;
2. Encaminhar ao Diretor do Fórum Autran Nunes, no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura deste convênio, a escala supramencionada, visando a realização de perícias médicas nos autores desprovidos de condições financeiras para arcarem com o pagamento desses serviços, notadamente nas especialidades: cardiologia,

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os convenientes.

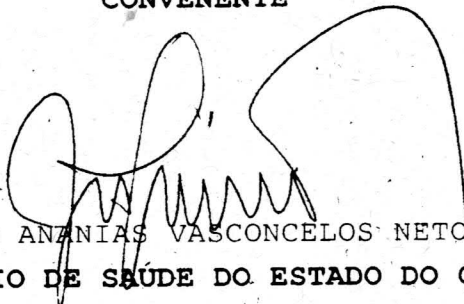
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - É competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza/Ce, com exclusão de outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente, em três vias de igual teor e forma, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Fortaleza, 18 de NOVEMBRO de 2009.



JOSE ANTÔNIO PARENTE DA SILVA  
**DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRT - 7ª REGIÃO**  
**CONVENENTE**



JOÃO ANANIAS VASCONCELOS NETO  
**SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ**

TESTEMUNHAS!



Inocêncio Rodrigues Uchoa  
Secretário-Geral da Presidência

